

Marcello e Conde discutirão dívidas do Governo estadual e da Prefeitura do Rio

Governador e prefeito têm que chegar a acordo sobre quanto estão devendo

Laura Antunes e Regina Eleutério

• O dia do toma-lá-dá-cá está próximo. Tão logo tome posse, no dia 1º de janeiro, o prefeito eleito, Luiz Paulo Conde, vai se sentar à mesa com o governador Marcello Alencar para destrinchar um tema que incomoda os dois lados, há mais de uma década: as respectivas dívidas entre as duas administrações. Na ponta do lápis, Conde vai cobrar do estado uma conta cujo valor total chega a R\$ 592 milhões, referentes a salário-educação e impostos, como o IPTU e o IPI-Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados). Marcello, por sua vez, vai tirar do bolso os débitos da Prefeitura junto ao Hospital do Iaserj e à Cedae, que somam cerca de R\$ 100 milhões. O encontro pode acabar em impasse, já que nenhuma das duas administrações reconhece as cifras apresentadas pelo credor.

Embora parte das dívidas venha se acumulando há, pelo menos, 13 anos, a cobrança se intensificou anteontem, após a decisão do Governo do estado de cortar R\$ 69 milhões do repasse de ICMS para o município do Rio. Irritado com as críticas da Prefeitura, Marcello ameaçou cortar o fornecimento de água a institui-

ções municipais em débito com a Cedae. Segundo o estado, a dívida total é de R\$ 23 milhões. Em represália, a Prefeitura tirou da gaveta as contas em atraso do Governo do estado: R\$ 500 milhões somente com o salário educação, R\$ 86 milhões com o IPI-Exportação e R\$ 6,7 milhões com o IPTU.

O débito com o salário-educação já foi parar até na Justiça. O autor da ação movida contra o Governo Brizola foi o então prefeito Marcello Alencar. O processo, ainda em tramitação, já deu ganho de causa em primeira instância à Prefeitura. Ao se tornar governador, Marcello mudou de lado e de opinião. Agora, afirma que a dívida não chega a tanto e alega que é preciso renegociá-la, levando em conta os débitos do município com o estado.

— Toda vez que se toca nesse assunto da dívida, o governador dá a mesma resposta. Que os números do César Maia não são confiáveis. Há dois anos, o governador tenta negociar a dívida com o prefeito. Agora, vai esperar a posse de Conde, que demonstra mais seriedade — afirmou o assessor de Comunicação do governador, Paulo Jerônimo.

Revidando aos ataques, o estado também lança mão de cifras

elevadas. Pelos cálculos da Secretaria estadual de Fazenda, só com o Hospital do Iaserj, o débito da Prefeitura chegava em junho deste ano a cerca de R\$ 57 milhões. Além disso, o município deve R\$ 23 milhões à Cedae. Levando-se em conta que os débitos com o Iaserj continuaram se acumulando nos últimos meses, a Secretaria calcula que a dívida total hoje (incluindo os valores referentes à Cedae) chegue a R\$ 100 milhões.

A secretária municipal de Fazenda, Sol Garson, contra-ataca, argumentando que o débito com a Cedae, cujo valor ela não confirma, só pode ter se acumulado na gestão anterior, ou seja, na época em que o prefeito era Marcello Alencar.

— Caso esse valor esteja mesmo correto, o certo seria o governador cobrar dele mesmo, já que foi ele que, como prefeito na época, fez acordo com o governador Leonel Brizola, permitindo assim que o estado não pagasse contas de água e esgoto. Mas, se ele insistir nessa cifra, a solução é simples. Basta que o estado desconte esse valor dos mais de R\$ 500 milhões que deve à Prefeitura e nos pague o restante — acrescentou a secretária.

Em relação às dívidas com a Cedae, Sol Garson lembrou que a

empresa estatal deve à Secretaria municipal de Obras o pagamento de multas, que recebeu por ter aberto buracos em determinadas obras. Ela bate na tecla de que a Prefeitura está em dia com todas as suas contas com o estado e que eventuais dívidas são uma herança da gestão anterior.

Na troca de acusações sobre quem deve quanto, o estado se defende, alegando que o valor da dívida do salário-educação é inferior ao anunciado pela Prefeitura. A explicação é que o estado usou as verbas do salário-educação na construção dos Cieps, que foram então cedidos à administração do município. Com isso, a dívida deveria estar agora praticamente zerada. O argumento, claro, é contestado pelo credor.

— Desconheço qualquer acordo ou convênio nesse sentido. É mais caro do que construir Cieps é a manutenção deles — afirma Sol Garson.

Diante de tantas alegações conflitantes, o encontro entre Conde e Marcello, cuja data deve ser acertada ainda antes da posse do prefeito, promete ser o primeiro de uma série de disputas aritméticas e de argumentos legais para ver quem consegue trazer mais dinheiro para o cofre de sua administração. ■

28 DEZ 1996 09079 O GLOBO